INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHA VIVA

Nº 1372 - 10 de agosto de 2017

·IMPRESSO·

Pauta de reivindicações UNIFICADA

Assembleia Estadual

CELESC

ASSEMBLEIA ESTADUAL UNIFICA PAUTA PARA ACT 2017/18

Trabalhadores da Celesc definem reivindicações e renovam disposição de luta em defesa dos direitos

Aconteceu no último sábado, dia 05, em Biguaçu, a Assembleia Estadual dos Trabalhadores da Celesc. Com a presença de aproximadamente 350 trabalhadores de todas as regiões do Estado foram debatidas as cláusulas oriundas das Assembleias Regionais realizadas pelos sindicatos da Intercel. Assim foi unificada a pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/18, que será entregue à Diretoria da Celesc no dia 15 de agosto, iniciando as negociações da data-base dos celesquianos.

Os eletricitários presentes na Assembleia reafirmaram o compromisso de defesa dos direitos históricos da categoria, elegendo bandeiras fundamentais, como a garantia de emprego, a renovação do ACT e a manutenção da Celesc Pública e patrimônio dos catarinenses. Além de debater as cláusulas do ACT, os trabalhadores ainda tiveram a oportunidade de ouvir as palavras de apoio na luta pela Celesc Pública do Deputado Estadual Direceu Dresch e do Deputado Federal Pedro Uczai. Os parlamentares lembraram aos celesquianos que o cenário de ataque aos direitos dos trabalhadores torna a luta ainda mais importante e que, somete com união de todos, será possível enfrentar os ataques às empresas públicas que o governo Temer tem levado à cabo, retomando privatizações e destruindo o setor elétrico nacional.

Para os sindicatos que compõem a Intercel, a ampla participação da categoria dá mostras de que as dificuldades não assustam os trabalhadores. Muito pelo contrário! É na adversidade que os celesquianos se tornam mais fortes, unidos e determinados em um esforço coletivo de defesa de seus direitos e da Celesc Pública. Após a entrega da pauta será agendada a primeira rodada de negociações com a empresa. Vamos juntos em busca de um ACT justo para todos!

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

ELETROSUL

INTERSUL COORDENA SEMINÁRIO CONTRA PRIVATIZAÇÃO

Consultas Públicas do Ministério de Minas e Energia foram debatidas com trabalhadores da Eletrosul

O governo está propondo uma mudança radical do setor elétrico nacional que prevê a privatização dos ativos do sistema e a transformação da energia de bem público que é hoje em uma mera mercadoria. Os alicerces desta mudança estão delineados em duas propostas de "consulta pública", uma palavra que camufla e dá uma aparência democrática a um ato autoritário. Deve-se lembrar que foram dedicadas poucas semanas para tal consulta e as "notas técnicas" 32 e 33 buscam embaçar as intenções de quem redigiu os textos. Tudo engodo para dar cara de legalidade a um processo que teve início nos anos 90 e resultou, na época, na privatização inclusive da Eletrosul. Estudiosos do setor estão convencidos de que a Medida Provisória que vai privatizar e mercantilizar o setor já está pronta esperando apenas o final das consultas para ser liberada.

Tendo em vista esta conjuntura, a Intersul está propondo junto com o Coletivo Nacional dos Eletricitários várias frentes de luta, como a realização de audiências públicas por todo Brasil e a intensificação do trabalho de conscientização de parlamentares visando barrar as iniciativas do governo. Dentro desta programação, na terça-feira, dia 8 de agosto, aconteceu na sede da Eletrosul um seminário para debater as duas notas técnicas do MME. Estiveram presentes o diretor técnico do Clube de Engenharia e pesquisador do Coppe (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da UFRJ) Artur Obino Neto, o diretor do Instituto Ilumina (de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético), Agenor de Oliveira, Pedro Melchior da coordenação nacional do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o ex-diretor e engenheiro da Eletrosul, Ronaldo Custódio. A atual Diretoria da empresa foi convidada a participar, mas não apareceu para o debate. Destacamos alguns dos principais pontos do seminário.

RONALDO CUSTÓDIO

A proposta do governo implica numa mudança radical do setor. O conceito de energia passa a ser o de mercadoria, como uma commodity qualquer. Eles usam de linguagem complexa para dificultar a compreensão, é uma estratégica para complicar o entendimento.

Na Chamada Pública 33, o Governo altera o marco legal do setor e muda o eixo central ideológica e conceitualmente. Abandona o conceito de energia como serviço e bem público e busca ampliar e consolidar o mercado livre total, o que deve acontecer por volta de 2028. Cria-se, assim, um mercado especulativo para o comércio de energia com a formatação de uma "bolsa de energia", com total liberdade de preço. A Chamada contém, ainda, a privatização das estatais, dando incentivos financeiros para a agilização deste processo até 2019.

Sem dúvida há necessidade de melhorias e ajustes regulatórios no setor elétrico. No entanto, a proposta do Ministério de Minas e Energia vai muito além: faz uma alteração radical do modelo atual. O despacho pelo preço, aliado à liberdade de especulação do preço da energia elétrica e da energia secundária (usada para otimização energética), resultarão na desotimização da gestão dos recursos energéticos disponíveis. Como consequência, aumentarão o risco de déficit e o custo da energia elétrica para o consumidor final.

A privatização das estatais, ademais das questões ideológicas e conceituais, tira qualquer capacidade do Estado em regular o mercado, mesmo que indiretamente. O resultado será o aumento do custo da energia para o consumidor e do risco de desabastecimento de energia elétrica no país inteiro.

ARTHUR OBINO NETO

Formamos em 2015 um grupo de estudos do setor elétrico brasileiro, discutindo as diretrizes para o setor. Nossas propostas foram entregues em fevereiro de 2017 para o MME e compreendem uma visão holística do setor, tendo em vista que é ele que administra a água e, portanto, tem papel estratégico. Nosso trabalho partiu do pressuposto de que o sistema elétrico brasileiro é singular, continental, onde usinas térmicas e hidrelétricas estão interligadas numa integração que envolvem longas distâncias com troca de grandes blocos de energia entre os sistemas regionais. Fizemos várias propostas e as mais importantes são:

1) Manter o planejamento do setor estatal com a participação ativa de todos atores da sociedade. Os participantes não são "agentes" mas sim "atores";
2) Há necessidade de alterar o modelo tarifário: tarifa não é commodity, tarifa pelo custo incentivado, além é claro de remunerar a operação, manutenção e melhorias de investimento para expansão do sistema;
3) As empresas do grupo Eletrobras têm papel estratégico, estruturantes e que abrangem todo território nacional.

A grande discussão é o que chamam de "descotização", que nada mais é que a privatização das usinas e linhas de transmissão. Hoje, vendem-se ativos antes de terminar a concessão para pagar dívida das empresas e União. Nós propomos o inverso: para ter receita não se deve vender a geração de caixa, não se deve alienar ativos. Queremos que se cumpra o artigo 21º da Constituição, que diz que compete à União os serviços e instalações de energia elétrica. Estamos aqui tratando de água, de algo estratégico. Queremos ainda, entre outras propostas, que os Conselhos de Administração das empresas tenham autonomia em relação ao poder executivo para reduzir a interferência político partidária. Queremos a governança participativa.

AGENOR DE OLIVEIRA

O setor elétrico brasileiro é único no mundo. Queremos mostrar que todas modificações propostas pelo governo pecam por desconhecer estas características. O governo mais uma vez insiste em manter a mercantilização do setor. Isto é um erro. Nosso sistema é altamente cooperativo. Não é uma questão ideológica, mas geográfica. Nossas empresas devem ser públicas e cidadãs, como afirmava o Betinho, com gestão participativa e controlada pela sociedade.

O governo está querendo vender a torneira da caixa de água. As usinas, os grandes reservatórios não são apenas fábricas de quilowatts. Eles são responsáveis pela irrigação, por atividades turísticas, têm outras funções além da geração de energia. Nem nos Estados Unidos se privatiza usina hidrelétrica. O Ilumina defende que energia é um bem social e não uma commodity. É um serviço de utilidade pública que deve ter uma tarifa justa e módica que possibilite a expansão do sistema.

Estas notas técnicas agravam os problemas existentes no setor. A "reestruturação" não é novidade. É antiga. Voltamos aos anos 90, quando vendemos ativos para pagar dívidas. Vendemos a fonte de renda. Privatizamos os lucros e socializamos os prejuízos. A tarifa aumentou e vai aumentar ainda mais se este projeto for implementado.

Temos que pensar no papel estratégico das estatais e, neste projeto, não deve haver lugar para o famoso "mercado livre". Perder o comando de empresas estratégicas para o país representa um atentado à soberania nacional. O papel do Estado é fundamental para a formulação de políticas públicas e de melhoria das condições de vida da população.

Nossa história não começa em 1988

#MARCOTEMPORALNÃO!

No dia 16 de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará três ações que podem ser decisivas para os povos indígenas no Brasil. As decisões dos ministros sobre o Parque Indígena do Xingu (MT), a Terra Indígena Ventarra (RS) e terras indígenas dos povos Nambikwara e Pareci poderão gerar consequências para as demarcações em todo o país. Por isso, os indígenas reforçam, a partir de hoje, uma série de mobilizações por seus direitos.

Uma das principais bandeiras dos grupos interessados em limitar os direitos territoriais indígenas, com forte representação no Congresso Nacional e no governo federal, tem sido o chamado "marco temporal" – uma tese político-jurídica inconstitucional, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito às terras que estavam sob sua posse em 5 de outubro de 1988. Os ruralistas querem que o 'marco temporal' seja utilizado como critério para todos os processos envolvendo TIs, o que inviabilizaria a demarcação de terras que ainda não tiveram seus processos finalizados.

Em meio às negociações de Temer para evitar seu afastamento da presidência, os ruralistas do Congresso conseguiram emplacar sua pauta no governo federal. Temer assinou, em julho, um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) obrigando todos os órgãos do Executivo a aplicar o "marco temporal" e a vedação à revisão dos limites de terras já demarcadas – inclusive visando influenciar o STF.

Na prática, o marco temporal legitima e legaliza as violações e violências cometidas contra os povos até o dia 04 de outubro de 1988: uma realidade de confinamento em reservas diminutas, remoções forçadas em massa, tortura, assassinatos e até a criação de prisões. Aprovar o "marco temporal" significa anistiar os crimes cometidos contra esses povos e dizer aos que hoje seguem invadindo suas terras que a grilagem, a expulsão e o extermínio de indígenas é uma prática vantajosa, pois premiada pelo Estado brasileiro. A aprovação do marco temporal alimentará as invasões às terras indígenas já demarcadas e fomentará ainda mais os conflitos no campo e a violência, já gritante, contra os povos indígenas.

Afirmar que a história dos povos indígenas não começa em 1988 não significa, como afirmam desonestamente os ruralistas, que eles querem demarcar o Brasil inteiro. Os povos indígenas querem apenas que suas terras tradicionais sejam demarcadas seguindo os critérios de tradicionalidade garantidos na Constituição – que não incluem qualquer tipo de "marco temporal"!

Por isso o movimento indígena e as organizações de apoio aos povos na sociedade civil pedem a revogação imediata do Parecer 001/2017 da AGU e diz: Marco Temporal Não!